

COMENTÁRIO

DAS RETAS ÀS ENCRUZILHADAS: ROMPENDO COM BINARISMOS PARA ENCONTRAR NOVAS POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS

Cecília Barreto de Almeida

O artigo que Milene Santos elaborou para este livro, *Encruzilhadas na educação: considerações epistemológicas e pedagógicas feministas negras*, é provocativo. Primeiro, parte de pesquisas empíricas que evidenciam o cenário de desigualdades que estruturam o sistema de ensino em seus diferentes níveis, especialmente quando consideramos os marcadores de raça, classe e gênero. Com esse diagnóstico traçado, a autora introduz pistas de possíveis caminhos tanto (i) para a compreensão da complexa realidade quanto (ii) para a alteração do cenário de variadas desigualdades e injustiças na educação.

Há diversos pontos do texto que poderiam ser abordados e aprofundados neste comentário. Muitos desses pontos têm relação direta com a necessidade de letramento racial e estudo das relações étnico-raciais, de classe e de gênero: marcadores sociais da

diferença⁵; racismo, classicismo e sexismo; privilégios e opressões; pactos narcísicos⁶; supremacia branca; políticas de braqueamento, miscigenação e democracia racial⁷; epistemicídio⁸; lugar de fala/*standpoint*⁹; diáspora; eurocentrismo e androcentrismo; colonialidade, pós-colonialidade e decolonialidade¹⁰. Outros, integram as discussões do campo político-filosófico, como as relações entre igualdade e diferença¹¹, e os conceitos de reconhecimento, redistribuição e representação¹². Além disso, o texto aborda políticas públicas educacionais, desafios do sistema de ensino e questões próprias da pedagogia (ensino bancário, ideologias, prática problematizadora, justiça social etc.¹³).

Considerando que o objetivo deste comentário é problematizar sucintamente algum aspecto do artigo, optei por aprofundar a relação entre dois conceitos centrais do texto: a interseccionalidade e a epistemologia e pedagogia das encruzilhadas. Essa relação inovadora tem o potencial de contribuir para o avanço das discussões sobre os objetivos da educação em países de profunda desigualdade, sobre a elaboração de políticas públicas educacionais eficientes e sobre práticas pedagógicas inclusivas.

Após apresentar reflexões epistemológicas de feministas negras e interseccionais, Santos afirma a necessidade de as políticas públicas educacionais serem formuladas considerando a perspectiva interseccional dos problemas e o enfrentamento das injustiças de natureza simbólica (dimensão do reconhecimento), material (dimensão da redistribuição) e política (dimensão de representação). Além disso, como proposta para combater o epistemicídio e promover uma educação libertadora, a autora evoca a valorização de saberes ancestrais da cultura afro-brasileira e de África, dentre eles a noção da encruzilhada.

Considero ser relevante, inicialmente, aprofundarmos o histórico e a definição do conceito de interseccionalidade. Quando Milene Santos aborda essa definição, ela indica que o conceito tinha como objetivos “caracterizar melhor a opressão vivenciada por mulheres negras” e “possibilitar a criação de formas de solidariedade e resistência entre todos os grupos oprimidos”. Acredito que contextualizar historicamente o surgimento do conceito pode evidenciar seus fundamentos, como a justiça social, o que fortalece o argumento de Santos sobre a importância dessa ferramenta para analisar desigualdades na educação. Além disso, esmiuçar a definição de interseccionalidade

5 Sobre o conceito, conferir Zamboni, 2014 e Saggese, 2018.

6 Conferir Bento, 2002.

7 Conferir Moura, 2019.

8 Conferir Santos, B., 1996 e Carneiro, 2005.

9 Conferir Harding, 1987 e Ribeiro, 2017.

10 Conferir Quijano, 2000.

11 Conferir Brah, 2006 e Scott, 2005.

12 Conferir os debates de Fraser (1997; 2003; 2009; 2017) com Honneth (2003), Butler (2016) e Young (1997).

13 Conferir Freire, 1987; hooks (1994, 2003, 2010).

e a metáfora que se popularizou para explicá-la fortalece a relação que a autora propõe entre esse conceito e as encruzilhadas.

Os estudos sobre interseccionalidade buscam analisar e compreender as interações, articulações e sobreposições de trajetórias entre discriminações diversas, tais como classe, raça, gênero, orientação sexual, deficiências, religião etc. Esse debate ganhou força nas décadas de 80 e 90, ainda que reflexões anteriores sobre o problema já tivessem sido enunciadas, por exemplo, no discurso da abolicionista Sojourner Truth (1851), “E eu não sou uma mulher?”, ao questionar a ideia de que mulheres eram frágeis e precisavam de ajuda – o que não acontecia com mulheres negras trabalhadoras. Destacam-se nessa discussão feministas negras estrangeiras, como Patricia Hill Collins, Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Kimberlé Crenshaw, e brasileiras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Carla Akotirene etc.

Para Patricia Hill Collins (2017), a interseccionalidade é ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma “arma política”. Ademais, a interseccionalidade seria uma forma de “investigação crítica e práxis” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 31), tendo se originado no ativismo de mulheres negras, latinas, indígenas e asiáticas. Contudo, quando o conceito foi levado para diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais – como a academia –, teria ocorrido uma espécie de tradução imperfeita (COLLINS, 2017, p. 7). Isto é, alguns de seus fundamentos – como liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa – foram abandonados para haver a integração e a aceitação do conceito na academia; e outros também foram deixados de lado pelo movimento social. A interseccionalidade teria, então, sido originada tanto por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas (escola, mídia etc.), como pela retomada dessas ideias em tais instituições (COLLINS, 2017, p. 7; COLLINS; BILGE, 2016).

Ainda que equivocadamente apontada como pioneira na discussão sobre interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw teve papel relevante na popularização do conceito. Suas obras tiveram destaque por unirem a sensibilidade do movimento social e o comprometimento com iniciativas de justiça social a perspectivas teóricas sofisticadas (COLLINS, 2017, p. 12; COLLINS; BILGE, 2016 p. 81-84). Segundo Crenshaw (2002, p. 177), a “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Para ela, o conceito aborda a forma pela qual o racismo, o sexismo, o classicismo e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas de gêneros, raças, etnias, classes e outras. Ademais, a interseccionalidade refere-se à maneira pela qual ações e políticas específicas geram opressões a partir desses eixos, “constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 174-177).

Para definir a interseccionalidade, Crenshaw (2010, pp. 94-95) se utiliza da metáfora dos eixos de subordinação e do trânsito. Os eixos de subordinação seriam estruturantes da sociedade e de relacionamentos, e, na metáfora, seriam representados como ruas ou estradas. Assim, as ruas do racismo, do sexismo, da homo-lesbo-bifobia, da transfobia, do classismo, do capacitismo etc., tomariam diferentes direções, mas estariam sempre se cruzando. Já os carros representariam as articulações contemporâneas, políticas e práticas que carregam as mensagens de subordinação. Seria preciso, então, pensar nas pessoas que se localizam nas intersecções dessas ruas, isto é, dessas formas variadas de subordinação: Em que medida são afetadas por cada eixo? A intersecção desses eixos configura uma forma diferente de vivenciar a opressão para cada pessoa? Como remediar e solucionar as opressões e discriminações, se não se consegue definir ao certo qual eixo de subordinação causou o dano?

Essa metáfora que popularizou a compreensão do conceito de interseccionalidade tem estreita relação com a noção de encruzilhada, evidenciando a adequação da aproximação feita por Milene Santos em seu artigo. Ao abordar a relação entre os conceitos, Santos afirma que na lógica exuística não faz sentido o pensamento binário eurocêntrico. Em lugar de segmentos de retas que opõem os pontos de início e de fim, apresentam-se as encruzilhadas e suas multiplicidades de caminhos. Não é preciso acreditar em Exu para compreender a potência dessa simbologia, bem como para reconhecer a importância de outras visões de mundo, epistemologias e pedagogias como forma de transformar o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, tendo já aprofundado a discussão sobre interseccionalidade, gostaria de explorar a reflexão sobre epistemologias e pedagogias das encruzilhadas, tomando como referência a obra de Luiz Rufino (2019). Para esse autor, a encruzilhada é um conceito que transgride os limites de um mundo balizado em dicotomias (RUFINO, 2019, p. 16). A educação construída historicamente com base na lógica colonial, eurocêntrica e cristã estaria essencialmente pautada em uma composição binária: certo e errado, bem e mal, razão/cabeça e emoção/coração; objetividade e subjetividade; mente e corpo; eu e o outro; homem e mulher, brancos e pretos, heterossexuais e homossexuais etc. – e as primeiras unidades dessas equações são sempre hierarquicamente superiores às segundas. Segundo Rufino (2019, p. 16-17), essa composição não dá conta dos “seres paridos no *entre*”, o que reduz as complexidades das análises da realidade e afasta a possibilidade de existências pendulares, da “condição vacilante do ser”.

Então, por um lado, o mundo colonial teria uma “dinâmica alteritária, em que se confrontam as suas oposições e ambivalências” (RUFINO, 2019, p. 44). Por outro, a encruzilhada agregaria um princípio dialógico e viabilizaria a exploração das fronteiras que, mesmo inicialmente criadas para cindir o mundo, revelam sua complexidade (RUFINO, 2019, p. 17-18). Para Rufino (2019, p. 36), “o colonialismo produziu vio-

lências indelévels em todos nós, porém, o seu projeto de ser um paradigma hegemônico monocultural e monorracionalista apresenta fissuras”. As encruzilhadas trazem para a educação novos caminhos, possibilidades, resiliência, transgressões, pluralidade, diversidade, ambivalência, ambiguidades, imprevisibilidades, incompletudes, dúvidas. A partir dessa concepção, não se propõe uma negação dos conhecimentos e produções ocidentais/europeus, mas as possibilidades de outras formas válidas e legítimas de se produzir e compartilhar conhecimento. Almeja-se, então, a formação de uma sociedade que se oriente pela diversidade como princípio ético (RUFINO, p. 51) e de uma educação transformadora.

Essa abordagem, então, abarca as diferenças sem produzir hierarquias injustas sobre elas. Afinal, “a diversidade de práticas sociais existentes no mundo indica a diversidade epistemológica”, e isso também vale para a diversidade de formas de educação e de produção de pedagogias (RUFINO, 2019, pp. 84-85). Tal perspectiva encontra eco em diversas concepções pedagógicas comprometidas com a justiça social (ALMEIDA, 2021).

Por ser uma junção de “investigação crítica e práxis”, a interseccionalidade é uma ferramenta útil tanto para examinar de forma mais multifacetada as desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na educação, quanto para subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais mais efetivas, que considerem as imbricações entre raça, classe, gênero e outros marcadores. Ademais, por romper com uma lógica colonial dicotômica e valorizar outras formas de saberes, as epistemologias e pedagogias das encruzilhadas podem contribuir para uma educação libertadora, pautada pela equidade racial e de gênero. Milene Santos, ao aproximar esses dois conceitos, convida-nos a exercitar uma reflexão e uma prática mais complexa, abrangente e diversa da educação.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cecília Barreto de. Estudantes negras são mais que páginas em branco: pedagogias anti-discriminatórias para justiça social. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 227, mar/abr 2021.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de doutorado, São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 2006, pp. 329-376.
- BUTLER, Judith. Meramente cultural. *Idéias*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 227-248, jul-dez. 2016. *Idéias – Campinas (SP)*, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.
- COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge, UK: Polity Press, 2016.

- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1/2002, pp. 171-188.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Beyond entrenchment: Race, gender and the new frontiers of (un) equal protection. In: Tsujimura, M. (ed.) *International Perspectives on Gender Equality & Social Diversity*. Sendai: Tohoku University Press, 2010.
- FRASER, Nancy. Uma réplica a Iris Young. *Revista Brasileira de Ciência Política*, número 2. Brasília, 2009 [1997].
- FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, número 77. São Paulo, 2009.
- FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. *Idéias – Campinas (SP)*, v. 8, n. 1, 2017.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political Philosophical Exchange*. Londres: Verso, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: HARDING, SANDRA (Org.). *Feminism and methodology: Social Science Issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- HOOKS, Bell. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. New York, London: Routledge, 1994.
- HOOKS, Bell. *Teaching Community: A Pedagogy of Hope*. New York, London: Routledge, 2003.
- HOOKS, Bell. *Teaching Critical Thinking: Practical Wisdom*. New York, London: Routledge, 2010.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander (Comp.) *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, 2000.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SAGGESE, Gustavo Santa Rosa et al. (Org.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Ed. Gramma, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Campinas: Cortez, 1996.
- SCOTT, Joan. O Enigma da igualdade. *Estudo feministas*, 13 (1), 2005, pp. 11-30.
- TRUTH, Sojourner. Speech at Women's Rights Convention in Akron, Ohio. In: STANTON, Elizabeth Candy; ANTHONY, Susan Bronwell; GAGE, Matilda Joslyn. *Women – Political Rights (1887-1902)*. Toronto: Rochester, 1851[1881], pp. 116-117. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofwomansu01stanuoft/page/114/mode/2up>.
- ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*, São Paulo, v. 1, p. 14 – 18, 01 ago. 2014.
- YOUNG, Iris. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. *Revista Brasileira de Ciência Política*, número 2. Brasília, 2009 [1997].